



Henrique Mariano, Roberto Ferreira Lins, Luiz Alberto Gurgel, Carlos Eduardo Caputo Bastos, José Fernandes de Lemos, Cezar Britto e Luiz Fernando Bandeira de Mello

Especialista sugere criação de Juizado Criminal Eleitoral

Redução do número de juizes eleitorais e limite para gastos de campanha também são sugeridos à Comissão de Reforma do Código Eleitoral, durante debate em Recife. **2**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.328 – Brasília, segunda-feira, 18 de outubro de 2010



Serys preside Senado durante licenças de José Sarney e Marconi Perillo

Plenário pode retomar votações nesta quarta

Presidente do Senado em exercício, Serys Slhessarenko pretende colocar em votação proposições que não são consideradas urgentes

As votações serão retomadas nesta quarta-feira, enquanto as sessões não deliberativas, destinadas a pronunciamentos e comunicados da Mesa, con-

tinuarão se realizando normalmente. Segundo a presidente em exercício do Senado, o Plenário avançou muito na votação de matérias antes do recesso eleitoral. Na pau-

ta, itens como a proposta que inclui a Caatinga entre os ecossistemas do patrimônio nacional e a que determina a exigência de curso superior para jornalistas. **3**

Congresso reinicia análise do Orçamento para 2011

Líderes pretendem colocar em votação nesta semana o relatório da receita, retomando a análise da lei orçamentária para 2011 suspensa no período eleitoral. **3**



Educação é tema de várias propostas no Senado

A melhoria da educação, com iniciativas como a valorização do professor, orienta diversas propostas prontas para serem votadas nas comissões. **4**

Sala de aula em escola de Brasília: projetos beneficiam educação e, em especial, o professor, cujo dia foi comemorado sexta-feira

O cubismo moderno de M. Fernandes

O Espaço Cultural Senador Ivandro Cunha Lima, do Senado, receberá de 25 a 29 de outubro obras do pintor Luiz Marcos Fernandes, mais conhecido como M. Fernandes, na exposição intitulada *Cubismo moderno*.

Influenciado por mestres como Pablo Picasso e Georges Braque, M. Fernandes explora formas geométricas e usa diferentes materiais e sobreposições, numa peculiar

técnica mista.

Nascido em Adamantina (SP), em 1960, Fernandes estudou na Escola Panamericana de Arte de São Paulo, na década de 80, e frequentou o ateliê do artista plástico Martins de Porangaba. Por sua obra, recebeu menções honrosas da Associação Paulista de Belas-Artes no XIV Salão da Primavera, no XLI Salão Livre e no V Salão da Natureza-Morta.



Criação de juizados criminais eleitorais, redução do número de juízes e limitação dos gastos de campanha são algumas das sugestões colhidas durante audiência em Recife

Comissão do Código Eleitoral discute pontos polêmicos

O NOVO CÓDIGO Eleitoral, que começa a ser discutido em audiências públicas promovidas pelo Senado Federal, deverá sistematizar leis atualmente pulverizadas em legislações específicas. Na manhã de sexta-feira, ocorreu em Recife o segundo desses encontros, quando foram debatidos o quinto constitucional nos tribunais eleitorais, o financiamento das campanhas e a propaganda eleitoral, entre outros temas. A audiência foi realizada na sede do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

O advogado Bruno de Albuquerque Baptista sugeriu limite único para doações, a exemplo do que acontece nos Estados Unidos, a proibição de contratação de cabos eleitorais e a fixação de limites de gastos por campanha.

Ao defender a redução dos custos dos tribunais, o procurador regional da República Sady Torres afirmou não haver necessidade de tantos juízes eleitorais. Ele também criticou o prazo de permanência dos desembargadores destacados para os tribunais eleitorais – mínimo de dois anos e máximo de dois biênios consecutivos.

Quanto à composição dos tribunais, Sady Torres criticou a presença de advogados, posição com a qual concordou o desem-



Jurista Carlos Eduardo Caputo Bastos (D) e desembargador Luiz Alberto Gurgel

bargador Francisco de Queiroz, do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

– Nós temos hoje um TRE em que 1/3 dos votantes são advogados – observou o desembargador, que sugeriu mudanças na forma de nomeação de advogados para essas cortes.

Juizados criminais

Francisco de Queiroz ainda defendeu a criação de juizados criminais eleitorais – um esforço para evitar a prescrição de penas –, o fortalecimento das corregedorias e a adoção integral dos processos eletrônicos no âmbito da Justiça Eleitoral.

Na presidência da reunião,

Carlos Eduardo Caputo Bastos, membro da Comissão de Reforma do Código Eleitoral, disse que todas as sugestões serão avaliadas pelo colegiado para a formulação do código que substituirá o atual, editado em 1965, no início do regime militar. A comissão de juristas volta a realizar audiência pública no próximo dia 25, em Florianópolis.

Também participaram do debate em Recife os especialistas Márcio Alves, Ronnie Duarte, Walber de Moura Agra e outros membros da comissão de juristas responsável pela elaboração do anteprojeto do Código Eleitoral.

Juliana Cavaliari/TRE 5ª região (Recife-PE)

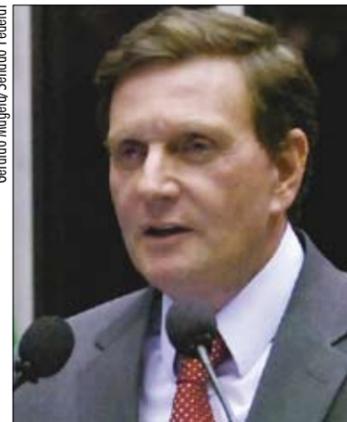
Pauta inclui extinção de prisão especial para magistrado

O Plenário poderá votar ainda este ano o projeto de lei complementar que extingue a prisão especial concedida a integrantes do Poder Judiciário e membros do Ministério Público. O projeto (PLS 151/09), apresentado por Marcelo Crivella (PRB-RJ), revoga dispositivos das leis complementares 35/79, 40/41 e 75/73.

Em abril do ano passado, o Senado aprovou projeto semelhante (PLC 111/08) que acabou com a prisão especial, exceto para juízes e integrantes do MP.

Crivella observa que o instituto da prisão especial, além de representar “discriminação odiosa”, contribui também para que o Estado permaneça descumprindo a lei quanto a aspectos relacionados a condições materiais das prisões e de assistência ao detento.

“Por essas razões, entendemos ser imperioso eliminar esse estigma e, ao invés de manter uma previsão exaustiva de beneficiários da ‘prisão especial’, considerar apenas a condição de ‘preso especial’”, argumenta.



Marcelo Crivella acredita que prisão especial é “discriminação odiosa”

A proposta mantém a condição de “preso especial” somente para aqueles que, por força da natureza de sua ocupação ou de outras circunstâncias específicas, a serem aferidas pelo juiz, possam ser expostos a risco extremo, caso submetidos ao aprisionamento coletivo. O parecer favorável do relator, Demóstenes Torres (DEM-GO), foi aprovado em setembro de 2009 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Sessão para debates

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos parlamentares. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) está entre os inscritos.

Quarta-feira

CCT Sistema de localização de desaparecidos

8h30 A Comissão de Ciência e Tecnologia analisa proposta que cria o Sistema Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (Silcad). O projeto prevê convênios com estados, municípios e órgãos de outros Poderes para integrar informações dos serviços estaduais de identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos. Na mesma reunião, a comissão vota projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de rádios comunitárias, rádios FMs e emissoras de TV.

CCJ Combate à violência escolar

10h A Comissão de Constituição e Justiça analisa projeto estabelecendo medidas de proteção aos professores e mecanismo de monitoramento de ocorrências de violência escolar (*bullying*). A proposta autoriza o governo federal a implantar – em articulação com estados e municípios – o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (Save). O projeto será analisado em decisão terminativa pela comissão. Outra proposta prevê abatimento, no Imposto de Renda Pessoa Física, de despesas pagas com aluguel.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Homossexuais otimistas com nova legislatura

Análise preliminar da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) aponta para uma composição do Senado, a partir de fevereiro, mais favorável aos temas dos direitos humanos, incluindo os relacionados aos homossexuais. O presidente da associação, Toni Reis, manifestou otimismo em relação à nova legislatura.

– O que esperamos do Congresso é que ele seja laico. Não temos um Estado religioso como o Irã, aqui é uma democracia e nós também somos povo, queremos ser representados – disse.

De acordo com os cálculos da associação, 20 dos novos

senadores eleitos podem ser considerados aliados – integrando a chamada Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT por terem assinado o termo de compromisso da associação para estas eleições ou por já terem atuado favoravelmente às causas homossexuais em outras instâncias.

Mesmo lamentando a derrota da senadora Fátima Cleide (PT-RO), cuja confirmação ainda depende do julgamento da candidatura de Ivo Cassol (PP), Toni Reis comemorou a eleição de nomes como Roberto Requião (PMDB-PR), Lídice da Mata (PSB-BA), Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Marta Suplicy (PT-SP), autora, em 1995, do

primeiro projeto de união civil entre pessoas do mesmo sexo.

A entidade tem interesse especial na aprovação no substitutivo ao PLC 122/06, que torna crime a discriminação contra idosos, deficientes e homossexuais, relatado por Fátima Cleide.

– Vamos aprovar leis favoráveis em algum momento, seja o PLC 122/06 ou outro. Enquanto isso, vamos dialogando, negociando e vendo o que é melhor para nossa comunidade. Só queremos exercer a nossa cidadania e que os artigos 3º e 5º da Constituição [que tratam do combate à discriminação] sejam cumpridos no Brasil – afirmou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Comissão de Orçamento tenta votar relatório da receita na 4ª

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) poderá retomar nesta quarta-feira a análise da Lei Orçamentária para 2011 (PLN 59/10). A expectativa dos líderes partidários é colocar em votação o relatório da receita, que será preparado pelo deputado Bruno Araújo (PSDB-PE).

Nesta etapa, o objetivo é avaliar se a previsão do governo está alinhada com os parâmetros econômicos projetados para o ano que vem e se inclui todas as fontes de arrecadação. Na hipótese de erro ou omissão, o Congresso poderá propor nova estimativa, fato habitual nos últimos anos.

Na sexta-feira passada, foi encerrado o prazo para apresentação de emendas à receita e de renúncia de receitas ao Orçamento.

Na proposta encaminhada ao Legislativo no final de agosto, o governo estimou receitas primárias (exceto operações de crédito) de R\$ 967,6 bilhões, mas R\$ 164,9 bilhões serão repartidos entre estados e municípios, por meio dos fundos de participação. Desconsiderada essa parcela, o restante comporá a base dos gastos



Projeto de lei do Orçamento para 2011 tem como relator Gim Argello

que serão financiados com os recursos da União no ano que vem, inclusive as despesas do Judiciário, Poder Legislativo e Ministério Público.

A distribuição dos recursos adicionais é definida no relatório preliminar, na fase seguinte à aprovação da revisão da receita, com base em parecer do relator-geral – função que cabe ao senador Gim Argello (PTB-DF). Parte dos recursos será analisada pelos relatores das dez áreas setoriais, encarregados do exame das emendas com indicação de novas despesas em favor das diversas áreas de governo e dos demais Poderes. Outra parcela atenderá despesas definidas no próprio relatório preliminar.

MP pune com demissão servidor que quebrar sigilo

O servidor público que usar de forma indevida dados protegidos por sigilo fiscal ou que emprestar sua senha para que outra pessoa chegue a esses dados poderá ser demitido. A punição está prevista em medida provisória (MP 507/10) que já chegou ao Congresso Nacional.

Além da demissão, a MP torna possível a perda da aposentadoria. O servidor que sofrer tais punições ficará impossibilitado de assumir novo cargo público por um período de cinco anos.

Já o servidor público que acessar sem motivo justificado informações sigilosas poderá ser suspenso por 180 dias. A punição para esse acesso injus-

tificado poderá ser a demissão, quando houver a impressão dos dados protegidos ou em caso de reincidência.

A MP determina também que o contribuinte terá de ir a uma delegacia da Receita Federal para solicitar acesso aos seus dados ou então fazer uma procuração em cartório autorizando o acesso de uma terceira pessoa.

De acordo com os ministros Guido Mantega, da Fazenda, Paulo Bernardo, do Planejamento, Orçamento e Gestão, e Jorge Hage, da Controladoria-Geral da União, que assinam a MP, a nova regra trará maior segurança aos dados do contribuinte mantidos pelo poder público.

Sessão solene do Congresso homenageia a FAB e os aviadores

O Congresso Nacional realiza nesta quarta-feira, às 10h, no Plenário da Câmara, sessão solene conjunta para homenagear o Dia da Força Aérea Brasileira (FAB) e o Dia do Aviador, celebrados em 22 e 23 de outubro, respectivamente.

A FAB está submetida ao Comando da Aeronáutica e foi criada em 20 de janeiro de 1941 por decreto do então presidente Getúlio Vargas, com o nome de Forças Aéreas Nacionais. Em maio do mesmo ano, novo decreto mudou o nome para Força Aérea Brasileira, que permanece até hoje.

No dia 25 de maio deste ano, foi publicada no *Diário Oficial da União* a lei que aumentou em 20% o efetivo da Aeronáutica. A medida abriu vaga para mais 13.795 militares, colocados em diversas áreas de atuação na FAB. O total de efetivos hoje é de 88,8 mil – dos quais 81,2 mil são militares e 13,7 mil, civis.

Dados de 2008 divulgados pela FAB apontam que, do total de militares, os homens representam 92,17% e as mulheres, cujo ingresso foi permitido a partir de 1982, 7,83%.

Nesta quarta, os senadores voltam a deliberar sobre uma pauta com 70 itens, entre eles proposta que restabelece a exigência de diploma de curso superior para jornalistas

Plenário retoma votações antes do segundo turno

DEPOIS DE CONSULTAR as lideranças partidárias, a presidente em exercício do Senado, Serys Slhessarenko (PT-MT), anunciou que a Casa retomará as votações nesta quarta-feira, 11 dias antes do segundo turno das eleições, previsto para o dia 31. As sessões não deliberativas, destinadas a pronunciamentos e comunicados da Mesa, continuarão se realizando normalmente.

De acordo com a senadora, o Plenário está com a pauta em dia, já que antes do recesso eleitoral avançou muito na votação de matérias que aguardavam deliberação. Os 70 itens que esperam votação não são urgentes, segundo Serys.

Entre os itens da pauta, estão propostas de emenda à Constituição, como a que inclui a Caatinga entre os ecossistemas do patrimônio nacional; a que



Serys Slhessarenko diz que Plenário está com as votações em dia

permite a deputados e senadores exercer o cargo de professor em instituições públicas de ensino superior; e a que determina a exigência de diploma de curso superior para jornalistas. Estas são matérias sujeitas a primei-

ro turno de votação e que, se aprovadas em segundo turno, ainda seguirão para análise da Câmara dos Deputados. No último dia 5, os líderes partidários na Câmara decidiram retomar as votações só depois do segundo turno.

De acordo com a Agência Câmara, o vice-presidente da Casa, deputado Marco Maia (PT-RS), afirmou que não há clima neste momento para votações porque os deputados estão envolvidos com a disputa eleitoral.

– Esse assunto [eleições] é o mais importante para a política do Brasil no momento, o assunto que vai definir os rumos do país para os próximos anos. Portanto, é natural que os parlamentares estejam envolvidos nessa disputa e, até para evitar maiores desgastes, optou-se por unanimidade pelo adiamento das votações – explicou.

PEC dos Jornalistas pode ser votada logo no Senado

A proposta de emenda à Constituição que torna obrigatório o diploma de Comunicação Social para o exercício da profissão de jornalista é um dos itens da pauta do Plenário, que reinicia as votações nesta quarta-feira. De autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a proposta será votada em primeiro turno, na forma de substitutivo aprovado em dezembro de 2009 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo como relator Inácio Arruda (PCdoB-CE).

A PEC 33/09, que acrescenta os parágrafos 7º e 8º ao artigo 220 da Constituição, estabelece que a profissão de jornalista é privativa do portador de diploma do curso superior de Comunicação Social, com especialização em Jornalismo. A exigência do diploma não será obrigatória ao colaborador, aquele que, sem relação de emprego, produz trabalho de natureza técnica, científica ou cultural, relacionado com a sua especialização,



Jornalistas defendem diploma em frente ao STF: Corte derrubou a exigência

para ser divulgado com o nome e qualificação do autor. Segundo o projeto, a exigência do diploma também não é obrigatória para aquele que, à data da sua promulgação, comprove o efetivo exercício da profissão, bem como aos jornalistas provisionados que já tenham obtido registro profissional regular perante o órgão competente.

Em sessão em 17 de junho de 2009, por 8 votos a 1, o Supremo Tribunal Federal derrubou

a exigência do diploma de jornalista para o exercício da profissão. A decisão foi tomada no julgamento de recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal e pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que afirmou a necessidade do diploma, contrariando uma decisão da primeira instância numa ação civil pública.



O monitoramento do espaço aéreo brasileiro contra invasões e atos ilegais é uma das atribuições da FAB

Segundo a FAB, a missão da corporação é “defender o Brasil, impedindo o uso do espaço aéreo brasileiro e do espaço exterior para a prática de atos

hostis ou contrários aos interesses nacionais”. Entre as atribuições da Aeronáutica destacam-se: cooperar com a repressão a delitos transnacionais, com o

desenvolvimento nacional e a defesa civil; orientar, coordenar e controlar as atividades da aviação civil; e prover a segurança da navegação aérea.

Benefícios para professores, escolas e estudantes

A melhoria da educação brasileira orienta a apresentação de inúmeras proposições de senadores que estão prontas para serem votadas nas comissões permanentes. Cristovam Buarque, cujo mandato é focado na área, é o autor de quatro propostas de mudanças nas condições de trabalho, formação e salário dos professores, cujo dia foi comemorado na sexta-feira passada. O senador sugere que

o plano de carreira do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, seja um plano nacional para o professorado da educação de base. Propõe ainda que a jornada de trabalho inclua atividades extraclasse e que os professores de escolas que melhoraram sua classificação no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) recebam uma bonificação anual. Outro projeto cria escola nacional para a formação de gestores educacionais.

Paulo Paim, no mesmo sentido, propõe bolsa de estudos para estudantes carentes permanecerem na universidade, desde que eles atuem como monitores em escolas da rede pública. Marcelo Crivella, por sua vez, apresentou projeto para conceder benefício fiscal no Imposto de Renda para pós-graduados que acumulem atividades como professores às de natureza técnico-científica que já desenvolvem.



Alunos assistem às aulas no Centro de Ensino Fundamental Fercal, em Sobradinho: valorização dos professores está entre as propostas prontas para votação nas comissões do Senado

Felipe Rodrigues Pozzebom/ABR

Universitários carentes poderão receber bolsa

Projeto que cria o programa Bolsa de Permanência Universitária, destinado a estudantes carentes, está pronto para ser votado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O benefício, no valor de um salário mínimo por mês, deverá ser usado tanto para pagar a mensalidade da faculdade quanto para custear moradia, alimentação e compra de material didático.

Conforme a proposta, de Paulo Paim (PT-RS), a bolsa será concedida a alunos de cursos de graduação, de tecnologia e sequenciais de formação específica, em instituições públicas ou privadas.

Como contrapartida, o estudante atuará como estagiário, durante 20 horas semanais, prioritariamente como monitor em escola da rede pública ou em outras instituições a serem definidas pelos órgãos gestores do programa.

Para ter direito à bolsa, o estudante deverá comprovar renda bruta mensal familiar *per capita* de até três salários mínimos. O candidato ao benefício não poderá possuir diploma de graduação. Uma comissão fará, semestralmente, a seleção para ingresso no programa. O edital será publicado no *Diário Oficial da União* e será divulgado pela internet.

O projeto determina que, no caso de reprovação em duas ou mais disciplinas no período letivo ou de não cumprimento do compromisso de estágio, a bolsa será cancelada.

Paulo Paim argumenta que, além da inclusão social, a Bolsa de Permanência Universitária ampliará a autoestima do estudante carente, "pois ele saberá que está custeando os estudos por meio de seu próprio esforço."

Para a relatora, Selma Elias (PMDB-SC), a criação do benefício poderá contribuir para a redução da evasão escolar.



Paulo Paim: medida promove inclusão social e amplia autoestima do aluno

Cristina Gallo/Senado Federal

Escola nacional para formar gestor em educação

Cristovam Buarque (PDT-DF) também é o autor de projeto (PLS 321/08) que cria a Escola Nacional de Gestores Educacionais, vinculada ao Ministério da Educação e destinada a formar e capacitar profissionais para a gerência no âmbito educacional.

Pela proposta, seria criada pelo menos uma unidade da escola em cada uma das grandes regiões do país. O relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) é Eduardo Suplicy (PT-SP) e caberá à Comissão de Educação decisão terminativa.

Serys Silhessarenko (PT-MT) foi designada na CCJ para relatar outro projeto de Cristovam (PLS 4/08), já aprovado na CE, que institui o regime de dedicação exclusiva para os profissionais da educação básica pública. Para valorizar o magistério público, o projeto garante a esses profissionais remuneração nunca inferior a 70% da paga aos professores das instituições federais da educação superior com titulação equivalente.

Projeto inclui na jornada atividade extraclasse

A jornada de trabalho dos profissionais da educação poderá incluir também as atividades desenvolvidas fora das salas de aula. Este é o objetivo de projeto da senadora Fátima Cleide (PT-RO) que tramita na Comissão de Educação e recebeu substitutivo do relator, Augusto Botelho (sem partido-RR).

Pela proposta (PLS 397/08), os professores que trabalham em tempo integral poderão cumprir metade da carga horária em atividades de estudo, planejamento e avaliação. Nas jornadas parciais, o projeto assegura um terço da carga horária dedicado a essas outras atividades.

Fátima Cleide lembra que nas universidades, no regime de 40 horas semanais, os docentes só estão obrigados a oito horas de trabalho em sala de aula, enquanto no ensino fundamental e médio chega-se a cumprir 32 horas em aulas, o que os obriga a uma rotina estafante e sem retorno na aprendizagem dos alunos.

Melhora do Ideb pode garantir bonificação

Projeto que garante bonificação anual aos profissionais da educação básica que estiverem em exercício em escolas que tenham seu desempenho melhorado poderá ser votado na próxima reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto (PLS 319/08) é do senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

O benefício deverá ser concedido aos profissionais de escolas que tiverem o seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) elevado em 50% ou alcançarem o índice seis. Para o pagamento da bonificação, deve haver prévia reserva nas leis orçamentárias.

O projeto será votado na forma do substitutivo apresentado por Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que mudou a proposta original, dando a ela um caráter autorizativo e não mais obrigatório.

Desconto no IR para pós-graduados que queiram ensinar

Também na Comissão de Educação tramita projeto (PLS 312/09) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) com objetivo de atrair profissionais qualificados para o ensino. Ele propõe a isenção de Imposto de Renda sobre parcela dos rendimentos de pós-graduados que acumulem cargos de professor ou cargo de professor com outro técnico-científico. O projeto inclui ainda como possíveis beneficiários da medida os professores aposentados e pensionistas pós-graduados.

O senador argumenta que, para a atração de profissionais qualificados, pouco adianta conceder aumentos salariais se o Imposto de Renda consome boa parte da parcela dos rendimentos extras obtidos com a acumulação de cargos públicos. Ele acredita que sua proposta estimulará professores da rede pública a se aperfeiçoarem. Eduardo Suplicy (PT-SP) será relator da proposta, que seguirá depois para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Carreira única para educação de base

Outra proposta de Cristovam Buarque que tramita na Comissão de Educação cria a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base e o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos, a ser implantado por um conjunto de cidades, sob a coordenação do

Ministério da Educação.

O projeto (PLS 320/08) toma como exemplo o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, cuja administração é federal, para sugerir aumento do salário médio dos professores. Segundo Cristovam, os professores do Pedro II recebem R\$ 4 mil, enquanto a

média nacional é de R\$ 1,3 mil.

Além de propor a adoção do plano de carreira do ensino básico do Colégio Pedro II, o projeto determina o ingresso na carreira exclusivamente por concurso público. Marco Maciel (DEM-PE) é o relator do projeto e a decisão da CE será terminativa.